

# ESTADO DE SÃO PAULO

# O milagre da educação brasileira

8 JAN 1992

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

Muito se debate a respeito da crise da educação pública, mas muito pouco de efetivo e duradouro tem sido feito para superá-la. O sentimento dominante na educação brasileira é o da perplexidade. Educadores não chegam a um acordo quanto ao conteúdo desejável para um "ensino de boa qualidade", os governantes preferem inventar novos e monumentais modelos de prédios escolares a investir na melhoria do miserável cotidiano dos milhares de escolas brasileiras, professores e governos não conseguem se acertar minimamente quanto aos salários, direitos e deveres mútuos...

É preciso romper o impasse com algumas idéias radicais, simples, quase banais, mas que têm dado certo em vários lugares do mundo em que vêm sendo adotadas.

Em primeiro lugar, já que a definição do que é um ensino elementar de boa qualidade divide irreconciliavelmente e imobiliza os experts, é preciso eleger um objetivo comum, mesmo que modesto, para o ensino público brasileiro, e este deveria ser dotar a população de escolas que ensinem a ler, escrever e contar. Com este simples instrumental, as pessoas poderão dispor do que existe de mais importante na sociedade



contemporânea, que é o acesso à informação, o que as habilitará a escolher, por conta própria, suas vocações, crenças, ideologias e preferências, forjar seu destino e realizar seus sonhos.

Em segundo, é necessário realmente investir em educação, e não apenas gastar com ela. Isso significa investir nas escolas propriamente ditas, não na aparatoso burocracia educacional que existe para, supostamente, servi-las, como o Ministério da Educação e a Fundação de Assistência ao Educando (FAE), cujas desastrosas políticas de merenda escolar e do livro didático servem muito mais a poderosos interesses industriais do que ao ensino e aos estudantes.

Por que não desativar imediatamente tais burocracias e transferir recursos para que cada escola ou, no máximo, cada cidade compre sua própria merenda, seus próprios livros didáticos e material pedagógico? Por que não entregar à própria comunidade escolar de pais, professores e estudantes a co-administração e o controle dos recursos destinados à escola? Quem pode se preocupar mais com a qualidade do ensino que está sendo ministrado numa escola do que a comunidade a que ela serve?

Em terceiro, é preciso duplicar a permanência diária da criança na escola, mas o desafio é fazê-lo a custos suportáveis para os Estados e municípios, que, em última análise, irão manter a rede escolar em funcionamento. Vários Estados e municípios brasileiros vêm modernizando, equipando, ampliando e reformando as escolas

já existentes para tornar viável uma jornada escolar de seis ou mais horas, com resultados surpreendentes e custos infinitamente menores que os dos Ciacs. No entanto, seguindo uma antiga tradição brasileira, a questão dos custos de funcionamento tem sido até agora convenientemente negligenciada pelos mentores dos Ciacs, mais preocupados com o monumentalismo dos prédios do que com a possibilidade educacional e financeira dos centros.

Enfim, é preciso ousar e agir, mobilizar a sociedade para exigir o respeito a esse direito rudimentar da cidadania, que já é assegurado há décadas ou mesmo séculos em qualquer país minimamente civilizado: o direito à educação. A imagem de pais que passam dias acampados na frente de escolas públicas para conseguirem uma simples matrícula demonstra que o direito ao ensino fundamental público, gratuito e de boa qualidade, que a Constituição federal pomposamente garante, simplesmente nada significa no Brasil.

Há anos falou-se muito de um "milagre brasileiro". Acho que ele continua a existir, pois só um milagre explica como a população consegue aprender alguma coisa com o ensino que temos.

■ *Belmiro Valverde Jobim Castor, Ph.D. em Administração Pública pela University of Southern California, foi secretário de Planejamento e secretário de Educação do Estado do Paraná*